Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com



Corta, mas nem tanto

O secretário de Economia, Valdivino de Oliveira, conhecido por seus colegas de secretariado como o "Mãos de Tesoura", porque não libera o caixa para os pagamentos, na verdade ganha uma fama injusta. É que, desde a sua chegada, em abril, o economista goiano está sendo obrigado a segurar os repasses de recursos para as secretarias por falta de "orçamento", e não por falta de dinheiro ou por avareza dele.

Difícil explicar

Em outras palavras, para liberar os recursos, o secretário de Economia precisa ter previsão orçamentária para pagar as despesas já empenhadas pelas secretarias. Como todas elas, juntas, gastaram R$ 5 bilhões entre janeiro e março deste ano para quitar os chamados DEAs (Despesas de Exercícios Anteriores), referentes a 2024 e 2025, ficaram com pouca disponibilidade orçamentária para honrar os compromissos atuais.

O malabarista

Isso tem obrigado Valdivino a atuar como um verdadeiro malabarista do orçamento. Para garantir o pagamento das despesas de todo o secretariado, ele analisa cada caso e busca alternativas dentro da lei para quitar as dívidas com os prestadores de serviços do GDF. O que é difícil explicar — e até mesmo fazer os secretários e a população entenderem — quando Valdivino diz que o governo deve fechar o ano com superavit de R$ 3 bilhões.

Crédito no mercado

O crédito de Valdivino, porém, vem de experiências anteriores. Em Goiânia, onde também encontrou uma situação semelhante nas contas públicas, conseguiu organizar as finanças e encerrar sua gestão com superavit. É justamente essa experiência que alimenta a expectativa da governadora Celina Leão (PP) de que consiga repetir o resultado no Distrito Federal, apesar das dificuldades atuais.

Brasília acolhe Claudia Vilhena



Divulgação

Claudia Vilhena sempre gostou de voar. Da aviação, onde voou pela Transbrasil, Claudinha hoje ajuda crianças e adolescentes a voarem pela vida. Há três décadas, Maria Cláudia de Vilhena Morais acolhe crianças candangas em situação de vulnerabilidade numa instituição modelo: o Abrigo Nosso Lar, no Núcleo Bandeirante. Ontem, a Câmara Legislativa prestou uma homenagem a essa paulistana que se dedica ao DF em duas frentes: apoio a adolescentes em risco e no combate à insegurança alimentar. Cláudia Vilhena também gerencia o Programa "Sesc Mesa Brasil", que integra uma rede nacional de combate à fome e ao desperdício de alimentos.

Empresas querem participar do debate sobre consórcio de transporte do Entorno

Durante a campanha, a governadora Celina Leão (PP) afirmou que o consórcio para gestão do transporte do Entorno deve ser implementado em 2027. Com interesse em participar das discussões, a Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros (Anatrip) tem pedido para que os governos envolvidos esclareçam o cronograma previsto, as fontes de financiamento e subsídio, a distribuição das responsabilidades entre os entes federativos, o tratamento dos passivos existentes e as medidas destinadas a garantir a continuidade e a segurança jurídica dos serviços atualmente prestados.

Aposentadoria do sofá



GDF/Divulgação

A governadora Celina Leão ainda não fechou o "decretão" que vai mudar o seu governo em 1º de janeiro de 2027, mas tomou uma decisão mobiliária: vai aposentar o sofá da antessala da residência oficial de Águas Claras, dos tempos da última gestão do governador Joaquim Roriz, no período 2002-2006. O móvel está preservado, mas seus assentos estão bastante desgastados. "Fica muito ruim sentar nele porque afunda", justificou a governadora ao chamar alguns secretários para a mesa principal de Águas Claras para uma reunião sobre orçamento. "Eu vou aposentá-lo. Ele está aí desde os tempos de Roriz", brincou com os auxiliares diretos. Quem acompanhou o governo Roriz se lembra de que ali muitos assuntos importantes, costuras políticas e decisões foram tratados. Quem tinha assento no sofá de Águas Claras era interlocutor privilegiado de Roriz.



Tiago Hardman / Agência CLDF

Tema do Enem em aulão da Defensoria

A 9ª edição do aulão gratuito de redação da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) antecipou o tema cobrado no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026. A atividade ocorreu na quinta-feira (5/11), na Câmara Legislativa, em parceria com o Colégio Escrita Única. No domingo (8/11), os mais de 500 estudantes participantes encontraram na prova a proposta sobre a valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) como direito universal. O encontro também contou com a participação de um médico. O profissional contribuiu para ampliar a discussão sobre o SUS e a importância do sistema como uma das principais políticas públicas do país.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*



Operação Compliance Zero

BRB na Justiça contra ex-gestores

Ação contra sete investigados busca ressarcimento de prejuízos relacionados a operações de crédito com o Banco Master

» ANA CAROLINA ALVES

O Banco de Brasília (BRB) entrou com uma ação de responsabilidade civil na Justiça de Brasília contra sete ex-administradores da instituição, em busca do ressarcimento dos prejuízos relacionados a operações de crédito realizadas com o Banco Master.

Os réus da ação são: o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa; a ex-diretora executiva do BRB, Cristiane Maria Lima Bukowitz; o ex-diretor de Finanças e da Controladoria do BRB, Dario Oswaldo Garcia Júnior; ex-diretora Executiva de Controles e Riscos do BRB, Luana de Andrade Ribeiro; o ex-diretor executivo de Atacado e Governo do BRB, Diogo Ilário de Araújo Oliveira; ex-diretor executivo de Tecnologia do BRB, José Maria Correa Dias Junior; e Marcelo Talarico, ex-membro do Conselho de Administração da Companhia.

Na ação, o BRB requer a responsabilização civil dos ex-administradores por atos praticados no âmbito da Operação Compliance Zero, que investiga fraudes no sistema financeiro. Além de pedir a reparação dos danos patrimoniais alegados, a companhia solicitou à Justiça, em caráter liminar, o bloqueio dos bens dos ex-administradores envolvidos e a indisponibilidade dos seis imóveis.

A ação também envolve seis empresas — Allora S.A., Lenore S.A., Stanza S.A., Domani S.A., Chesapeake S.A. e Milano S.A. — às quais estão vinculados seis imóveis localizados em empreendimentos de São Paulo e do Distrito Federal. Segundo elementos da investigação da Polícia Federal citados no processo, os imóveis, formalmente registrados em nome dessas empresas, teriam sido destinados a um ex-administrador da companhia e a familiares dele como vantagem indevida no contexto das operações com o Banco Master.

Com a medida, a instituição financeira informou que busca recompor seu patrimônio e resguardar os interesses de seus acionistas. A ação, segundo o BRB, foi fundamentada em apurações conduzidas pelo próprio banco, além de documentos e informações encaminhadas às autoridades competentes.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Ação também envolve seis empresas às quais estão vinculados imóveis localizados em São Paulo e no DF

Na tentativa de reforçar o compromisso com confiança do mercado e dos acionistas do BRB, a atual administração informou que substituiu integralmente a Diretoria Executiva da instituição, revisou estruturas e processos de controle, fortaleceu os mecanismos de governança e conformidade e implementou medidas para ampliar a supervisão e a gestão de riscos.

De acordo com o BRB, a ação judicial tem carater independente dos processos em curso na esfera criminal, administrativa e de controle, e que o "ajuizamento não implica juízo antecipado sobre a responsabilidade dos demandados, a ser apurada no curso do processo judicial, com observância do contraditório e da ampla defesa".

Além disso, a instituição afirmou que o processo integra um conjunto de iniciativas voltadas à apuração dos fatos, à responsabilização dos envolvidos e à recuperação de recursos para o patrimônio do banco.

A ação foi autorizada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária no dia 24 de agosto.

Pedido ao STF

Em 5 de novembro, conforme publicou a coluna *Capital S/A*, a Procuradoria-Geral do DF pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que R$ 2,2 bilhões bloqueados nas contas de Henrique Vorcaro, pai do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, sejam transferidos imediatamente para Banco de Brasília (BRB). O pedido foi encaminhado para o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, e não há prazo para a decisão.

Na petição, o GDF apontou a preocupação em ter de recompor, com recursos do Tesouro distrital, a solidez patrimonial do banco.

Henrique Vorcaro, preso há seis meses, é um dos investigados na Operação Compliance Zero, que apura o caso Master, e teve o valor bloqueado por determinação da Justiça. Ele está preso há seis meses.

A PGDF alegou que o governo local é um dos acionistas do BRB, e que está arcando com o próprio patrimônio público, os efeitos do dano causado ao banco: "a desvalorização de sua participação acionária, a redução dos resultados e dividendos que lhe cabem e o risco de ter de recompor, com recursos do Tesouro distrital, a higidez patrimonial de instituição financeira pública."